

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

23/02/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Aneel aprova indenização a elétricas que custará R\$62,2 bi nos próximos 8 anos

Reuters - A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira (21) uma elevação na receita das transmissoras de eletricidade para quitar cerca de 54,4 bilhões de reais em indenizações devidas às empresas pela União desde o final de 2012, quando elas aceitaram renovar antecipadamente contratos de concessão em condições propostas pelo governo.

Na época, a então presidente Dilma Rousseff prometeu indenizar as elétricas por investimentos ainda não amortizados em troca de um novo contrato com forte corte de tarifas para impulsionar a indústria e o consumo, mas uma definição sobre o pagamento efetivo das compensações foi sendo adiada por anos, em parte justamente devido ao enorme impacto tarifário.

A interminável discussão sobre as indenizações também desagradou investidores, que praticamente desapareceram dos leilões para concessão de novos projetos de transmissão entre 2013 e 2016, quando o governo publicou uma portaria que prometia começar os pagamentos neste ano.

Essa demora ajudou a piorar o problema, uma vez que as indenizações contam com direito a correção financeira.

Além disso, a previsão original era de que as compensações fossem quitadas com um fundo do setor elétrico criado especialmente para isso, a Reserva Global de Reversão (RGR), mas outros usos já drenaram os recursos dessa conta e levaram o governo a optar pelo repasse às tarifas.

"Isso era para ter sido pago em 2013, e não foi pago. O fato de não ter sido pago naquela época imputou um valor para o consumidor, que não teve nenhuma gestão na decisão de pagar ou não pagar", disse o diretor da Aneel Reive Barros, responsável pelo processo sobre as compensações na reguladora.

Ele disse que o valor original das indenizações é de 19,2 bilhões de reais e que outros 35,2 bilhões de reais serão pagos somente em componentes financeiros devido ao adiamento.

Os pagamentos às elétricas começarão em julho e se estenderão por oito anos, com os recursos sendo arrecadados por meio de um encargo cobrado nas contas de luz para remunerar a atividade de transmissão de energia.

A Aneel estimou que a alta nesse encargo deverá ter um impacto médio de 7,2 por cento no momento dos reajustes tarifários das distribuidoras neste ano, embora outros itens possam pesar para cima ou para baixo nas tarifas.

Entre as principais empresas beneficiadas pelas indenizações estão subsidiárias da Eletrobras, a privada Cteep e as estaduais Cemig e Copel.

**Leia mais:** <http://www.administradores.com.br/noticias/cotidiano/aneel-aprova-indenizacoes-de-r544-bi-a-eletricas-ve-impacto-de-7-nas-tarifas/117154/>

## Repasse de elétricas começará em julho

DE BRASÍLIA

O governo decidiu jogar para o consumidor o pagamento das indenizações bilionárias das transmissoras de energia. A medida sai após quatro anos e meio de espera, depois de a União ter esvaziado o caixa dos fundos setoriais e da recusa do Tesouro Nacional em pagar um volume de recursos que deve atingir R\$ 62,2 bilhões.

Com essa solução, o governo retoma exatamente a prática que era feita antes da edição da polêmica Medida Provisória 579/2012, programa lançado pela ex-presidente Dilma Rousseff, por meio da qual a conta de luz foi reduzida em 20%. Agora, a tarifa volta a ter uma parcela referente à remuneração das empresas por investimentos já realizados, que havia sido retirada em 2013.

O pagamento vai entrar na tarifa de energia do consumidor a partir de julho, diluído em oito anos. O impacto, neste ano, será de 7,17%, em média, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), variando de 1,13% a 11,45%. Isso não significa que as contas vão subir nessa magnitude, pois a transmissão é apenas um de vários itens que compõem as tarifas, que inclui custos de geração, distribuição, subsídios e impostos.

Esse custo, porém, diminui o potencial de queda que as tarifas de energia teriam neste ano. (Estadão Conteúdo)

Clipping:

Jornal A Tribuna

23/02/2017

## Citi corta recomendação para Copasa e Sabesp

Money Times - O Citi rebaixou a recomendação para as ações da Copasa (SA:CSMG3) e da Sabesp (SA:SBSP3) para neutro, mostra um relatório enviado nesta terça-feira e assinado pelo analista Marcelo Britto.

Segundo ele, o movimento no preço recente na Bolsa antecipou a maior parte dos efeitos positivos das revisões tarifárias que estão por vir. O preço-alvo para a Sabesp foi cortado de R\$ 37,90 para R\$ 35,80 por ação devido aos retornos regulados menores. Já o valor estimado para a Copasa subiu de R\$ 39,60 para R\$ 56,90 por ação "a fim de refletir uma maior base tarifária (de R\$12,3 bilhões ante R\$9,8 bilhões), entretanto parcialmente compensada por um retorno regulado atualizado de 7,7% (de 9,2%) dada a metodologia divulgada pelo regulador estadual", explica o analista.

Fonte: <https://br.investing.com/news/mercado-de-a%C3%A7%C3%B5es-e-financeiro/citi-corta-recomenda%C3%A7%C3%A3o-para-copasa-e-sabesp-229587>

## Agem vai cobrar explicações sobre termoelétrica de Peruíbe

A reportagem exclusiva publicada no último domingo (12) pelo Diário do Litoral dando conta que a cidade de Peruíbe está com sua vasta área de preservação ambiental sob risco por conta da possível instalação de uma termoelétrica a gás natural que englobará 180 hectares – o equivalente a 180 campos de futebol – causou indignação à Agência Metropolitana (Agem) da Baixada Santista, que nunca recebeu qualquer informação sobre a questão, assim como o Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb).

"Com base na reportagem, a Agem irá solicitar informações à Secretaria do Estado de Energia e Mineração, bem como, à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)", informou a Agência em nota oficial, ressaltando que o assunto "tampouco foi informado ou debatido durante reuniões da Câmara Temática de Meio Ambiente do Condesb, órgão que reúne técnicos dos nove municípios da região metropolitana e do Estado", completa. Além de mostrar insatisfação, a Agem revela que a empresa responsável pelo futuro empreendimento não poderia estar pedindo a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) sem antes realizar audiências públicas. A GasTrading já se manifestou sobre o assunto, pelo diretor-presidente Alexandre Chiofetti, que revelou que o projeto tem um custo estimado em R\$ 4 bilhões.

Leia mais: <http://www.diariodolitoral.com.br/peruibe/agem-vai-cobrar-explicacoes-sobre-termoeletrica-de-peruibe/95822/>

## Economia de energia no horário de verão abastecerá Santos por 3 dias, diz CPFL

Em sua 46ª edição, o horário de verão termina à 0 hora deste domingo (19), quando os relógios devem ser antecipados em uma hora. No período, a economia de energia gerada nas 27 cidades do interior de São Paulo e em cinco da Baixada Santista atendidas pela CPFL Piratininga foi de 16.666 MWh, volume suficiente para atender uma cidade do porte de Sorocaba ou Santos por três dias. Na região, a CPFL atende os municípios de Santos, São Vicente, Cubatão e parte de Praia Grande e de Guarujá. De acordo com a concessionária de energia, a estimativa é de redução de 0,34% no consumo de energia elétrica no horário de pico, durante o período. O volume da economia também seria suficiente para abastecer 6.944 clientes residenciais com consumo médio de 200 kWh, durante um ano. As cidades de Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Bertioga e parte de Praia Grande e de Guarujá são atendidas pela Elektro. A empresa verificou uma economia de 28 GWh (0,55%) de energia em todos os 228 municípios atendidos nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essa redução, segundo a Elektro, equivale ao consumo de energia elétrica de Guarujá durante 19 dias. No horário de ponta, a economia será de 4% na demanda de energia. O total é suficiente, ainda, para abastecer Mongaguá por 115 dias ou Bertioga por 59 dias. A previsão do governo é que o horário de verão deste ano resulte em uma economia de R\$ 147,5 milhões, por causa da redução do uso de energia de termelétricas. Na edição anterior (2015/2016), o período possibilitou uma economia de R\$ 162 milhões.

Leia mais: <http://www.tribuna.com.br/noticias/detalhe/noticia/economia-de-energia-no-horario-de-verao-abastecer-santos-por-3-dias-diz-cpfl/?cHash=88b1f2d2bc4737303a5ad73c0e422837>